Boletim de Serviço em 10/12/2019

10472351 08011.000181/2019-75

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva

RESOLUÇÃO CGE Nº 8, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019

O COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 1º e pelo § 1º do art. 2º, do Anexo I, da Portaria MJSP nº 86, de 29 de janeiro de 2019, e com base no art. 2º e art. 7º, do Anexo IX, da mesma Portaria,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar e detalhar o conteúdo de indicadores, metas e projetos estratégicos do Planejamento Estratégico 2020-2023 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na forma dos anexos a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ PONTEL DE SOUZA
Secretário-Executivo

Documento assinado eletronicamente por **LUIZ PONTEL DE SOUZA**, **Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 10/12/2019, às 16:56, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.autentica.mj.gov.br informando o código verificador **10472351** e o código CRC **53323DE2**
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

ANEXO I - Indicadores e metas estratégicos (SEI: 10461484); e

ANEXO II - Carteira de projetos estratégicos (SEI: 10461512).

Referência: Processo nº 08011.000181/2019-75 SEI nº 10472351

Indicadores Estratégicos

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
1	Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira	SEOPI	Quantidade de operações integradas - planejadas e executadas	54 operações integradas realizadas até 2023 2020: 12 operações 2021: 13 operações 2022: 14 operações 2023: 15 operações	Identificar a efetividade da atuação policial e de defesa social integrada no combate ao crime organizado com ênfase na área de fronteira e em eventos programados.
		PRF	Vítimas mortas em acidentes de trânsito em rodovias federais	4.077 até 2023 2020: 4.311 2021: 4.237 2022: 4.159 2023: 4.077	Apurar a efetividade das ações da Polícia Rodoviária Federal para reduzir os homicídios em acidentes de trânsito.
			Taxa de mortalidade em acidentes de trânsito em rodovias federais	34,57 até 2023 2020: 40,45 2021: 38,38 2022: 36,43 2023: 34,57	Apurar a eficácia das ações da Polícia Rodoviária Federal na redução de homicídios em acidentes de trânsito em relação à frota nacional de veículos.
			Taxa de acidentes graves em rodovias federais	143,10 até 2023 2020: 166,90 2021: 158,56 2022: 150,63 2023: 143,10	Monitorar a quantidade total de acidentes graves em rodovias federais em relação à frota nacional.
		SENASP	Quantidade de condenados cadastrados no Banco Nacional de Perfis Genéticos	65.000 condenados cadastrados, por ano, até 2023	Mensurar o cumprimento da legislação em relação ao DNA dos condenados por crimes violentos.
			Percentual de municípios com alto índice de violência que implantaram a metodologia de enfrentamento à criminalidade violenta	50% até 2023	Avaliar a abrangência da implantação da metodologia de enfrentamento à criminalidade violenta.

Indicadores Estratégicos

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
1	Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira	SENASP	Percentual de UF's integradas ao Sistema Nacional de Análise Balística - SINAB	100% até 2023	Avaliar a integração das Unidades da Federação ao SINAB.
		PF	Quantidade de operações especiais de polícia judiciária deflagradas pela Polícia Federal	667 operações especiais até 2023 2020: 577 operações especiais 2021: 606 operações especiais 2022: 636 operações especiais 2023: 667 operações especiais	Mensurar o esforço de atuação da Polícia Federal relativo à quantidade de operações especiais de polícia judiciária deflagradas no período sob apuração. São operações executadas com o emprego de uma ou mais técnicas especiais de investigação como monitoramento telemático, monitoramento telefônico, captação e interceptação ambiental de sinais, análise de material obtido através da quebra de sigilo financeiro e fiscal ou atuação conjunta com outros órgãos públicos que possuam o número dos mandados de busca e apreensão, de prisões ou de conduções coercitivas somados superior a 10 (dez) ordens judiciais na etapa de deflagração.
2	Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão	SENAJUS	Processos de autorização de residência para fins laborais decididos	Decidir 88% dos processos de autorização de residência até 2023 2020: 83% 2021: 85% 2022: 88% 2023: 88%	Medir a quantidade de pedidos de autorização de residência decididos, funcionando como um instrumento de acompanhamento da execução da principal atividade finalística da unidade.
			Tempo médio de decisões de processos de naturalização	Decidir ou encaminhar em até 8 dias úteis processos de naturalização	Garantir razoável duração do pedido de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
2	Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão	SENAJUS	Processos de reconhecimento da condição de refugiado decididos	Decidir 38.000 processos até 2023 2020: 8.000 2021: 9.000 2022: 10.000 2023: 11.000	Mensurar quantos pedidos de reconhecimento da condição de refugiado estão sendo finalizados, ou seja, quantos pedidos estão recebendo uma resposta do Estado. É uma importante forma de mensurar a capacidade de trabalho do Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE e de fornecer insumos sobre como diminuir o grande estoque de processos que aguardam decisão.
3	Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública	SEOPI	Quantidade de Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública implantados	Implantar 2 centros regionais até 2023	Acompanhar a implantação de estruturas integradas de inteligência de segurança pública em âmbito regional.
			Percentual de Agências de Inteligência de Segurança Pública - AISPs integradas à Rede de Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública	Integrar 100% das AISPs do país à Rede até 2023	Avaliar o alcance dos seguintes objetivos legais e institucionais: fomentar a integração em ações estratégicas e operacionais, em atividades de inteligência de segurança pública e em gerenciamento de crises e incidentes (Art. 6º, I da Lei nº 13.675/2018); promover a integração das atividades de inteligência de segurança pública, em consonância com os órgãos de inteligência federais, estaduais, municipais e distrital que compõem o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (Art. 29, III, D. 9.662/2019); promover um sistema de trabalho colaborativo interagências de inteligência, a fim de viabilizar a produção de conhecimento conjunto e o compartilhamento de inteligência de forma sistematizada (Política Integrada de Inteligência - Eixo Fortalecimento das Agências de Inteligência - Carteira Simplificada de Políticas Públicas/MJSP).

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
3	Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública	PRF	Percentual da malha viária com cobertura de comunicação de rádio digital	83,18% até 2023 2020: 32,75% 2021: 49,56% 2022: 66,37% 2023: 83,18%	Apurar a implantação de cobertura de comunicação por rádio digital e a excelência na comunicação de rádio na malha rodoviária federal.
		SENASP	Quantidade de normas técnicas publicadas de equipamentos de segurança com padrões mínimos de qualidade e desempenho	6 normas técnicas publicadas até 2023	Normatizar os equipamentos de segurança prioritários.
4	Aperfeiçoar a gestão do sistema prisional	DEPEN	Oferta de atividades educacionais para as pessoas privadas de liberdade	130 mil pessoas em atividades educacionais até 2023 2020: 110 mil pessoas em atividades educacionais 2021: 115 mil pessoas em atividades educacionais 2022: 120 mil pessoas em atividades educacionais 2023: 130 mil pessoas em atividades educacionais	Mensurar a oferta educacional com objetivo de elevar a escolaridade das pessoas privadas de liberdade e qualificá-las profissionalmente para o retorno à sociedade.
			Pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades laborais	275 mil pessoas em atividades laborais até 2023 2020: 170 mil pessoas em atividades laborais 2021: 205 mil pessoas em atividades laborais 2022: 240 mil pessoas em atividades laborais 2023: 275 mil pessoas em atividades laborais	Mensurar a oferta de vagas e postos de trabalho das pessoas privadas de liberdade e qualificá-las profissionalmente para o retorno à sociedade.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
4	Aperfeiçoar a gestão do sistema prisional	DEPEN	Pessoas atendidas por alternativas penais diversas da prisão	75 mil pessoas atendidas por alternativas penais diversas da prisão até 2023 2020: 55 mil pessoas atendidas por alternativas penais diversas da prisão 2021: 60 mil pessoas atendidas por alternativas penais diversas da prisão 2022: 65 mil pessoas atendidas por alternativas penais diversas da prisão 2023: 75 mil pessoas atendidas por alternativas penais diversas da prisão	Mensurar, orientar e monitorar os esforços do Governo Federal na indução de políticas públicas capazes de promover alternativas penais diversas da prisão.
			Percentual de unidades prisionais e varas de execução penal com salas de videoconferência implementadas	80% das unidades prisionais e das varas de execução penal com salas de videoconferência implementadas até 2023 2020: 20% das unidades prisionais e das varas de execução penal com salas de videoconferência implementadas 2021: 40% das unidades prisionais e das varas de execução penal com salas de videoconferência implementadas 2022: 60% das unidades prisionais e das varas de execução penal com salas de videoconferência implementadas 2023: 80% das unidades prisionais e das varas de execução penal com salas de videoconferência implementadas	Ampliar a disponibilidade de audiências por vídeoconferência, diminuindo custos e riscos com escoltas.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
4	Aperfeiçoar a gestão do sistema prisional	DEPEN	Geração de vagas	100 mil vagas geradas até 2023 2020: 25 mil vagas geradas 2021: 25 mil vagas geradas 2022: 25 mil vagas geradas 2023: 25 mil vagas geradas	Ampliar o número de vagas no sistema prisional.
5	Promover a gestão e a alienação do produto de crimes	SENAD	Quantidade de ativos leiloados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas	20.000 ativos leiloados até 2023 2020: 4.000 2021: 4.800 2022: 5.400 2023: 5.800	Acompanhar a evolução de ativos leiloados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD, de forma a contribuir na arrecadação de recursos a serem aplicados em políticas sobre drogas e de segurança pública.
			Receita total líquida do Fundo Nacional Antidrogas	Receita total líquida de R$ 500 milhões até 2023 2020: R$ 100 milhões 2021: R$ 110 milhões 2022: R$ 140 milhões 2023: R$ 150 milhões	Apresentar visão global da evolução dos recursos do FUNAD e da sua capacidade de financiamento de políticas públicas.
6	Ampliar a escala e a efetividade das ações de defesa da concorrência e do consumidor	SENACON	Quantidade de demandas finalizadas na plataforma Consumidor.gov.br	Finalizar 770.000 demandas na plataforma Consumidor.gov.br até 2023 2020: 620.000 demandas finalizadas 2021: 670.000 demandas finalizadas 2022: 720.000 demandas finalizadas 2023: 770.000 demandas finalizadas	Identificar o número de demandas finalizadas na plataforma Consumidor.gov.br.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
6	Ampliar a escala e a efetividade das ações de defesa da concorrência e do consumidor	CADE	Tempo médio de análise de Atos de Concentração pelo rito sumário	Manter abaixo de 20 dias até 2023	Aferir a eficiência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE no controle de concentrações econômicas, com foco nos processos com menor potencial ofensivo à concorrência, que podem ser instruídos por meio de rito sumário, conforme critérios estipulados pela Resolução CADE nº 2/2012.
			Percentual do estoque de procedimentos administrativos de combate a condutas anticompetitivas com mais de 5 anos	Manter abaixo de 20% até 2023	Aferir o aumento da celeridade das investigações de infrações contra a ordem econômica.
7	Gerir políticas referentes aos povos indígenas	FUNAI	Número de ações de educação e formação comunitária apoiadas	12 ações apoiadas, por ano, até 2023	Mensurar a quantidade de ações formativas comunitárias, de revitalização linguística, de elaboração de PPPs, intercâmbios, oficinas, assembleias, eventos, possibilitando acesso à educação diferenciada, ao conhecimento dos instrumentos legais relativos aos povos indígenas, à qualificação da participação indígena nos espaços de diálogo e de governança e ao favorecimento da transmissão de conhecimentos e técnicas tradicionais dos povos indígenas.
			Número de expedições realizadas	Realizar 5 expedições de localização e de monitoramento, por ano, até 2023	Mensurar o número de expedições de localização e de monitoramento de povos indígenas isolados realizadas no período.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
7	Gerir políticas referentes aos povos indígenas	FUNAI	Número de terras indígenas georreferenciadas	Realizar georreferenciamento em 25 terras indígenas até 2023 2020: 6 2021: 6 2022: 6 2023: 7	Quantificar terras indígenas georreferenciadas para a regularização de registro da área.
8	Aprimorar mecanismos de gestão do conhecimento e da preservação e difusão da memória arquivística nacional	AN	Documentos acessados do acervo	9.482.275 documentos acessados até 2023 2020: 2.200.000 documentos acessados 2021: 2.310.000 documentos acessados 2022: 2.425.500 documentos acessados 2023: 2.546.775 documentos acessados	Subsidiar o planejamento das ações de tratamento técnico e reformatação dos documentos.
			Usuários atendidos para acesso ao acervo	200.000 usuários atendidos até 2023 2020: 50.000 usuários atendidos 2021: 50.000 usuários atendidos 2022: 50.000 usuários atendidos 2023: 50.000 usuários atendidos	Mensurar o quantitativo de usuários com vistas a adequar os serviços prestados à demanda de atendimento.
			Acessos às bases de dados sobre o acervo	43.677.500 de acessos às bases de dados até 2023 2020: 10.000.000 acessos às bases de dados 2021: 10.500.000 acessos às bases de dados 2022: 11.550.000 acessos às bases de dados 2023: 11.627.500 acessos às bases de dados	Avaliar a eficiência dos instrumentos eletrônicos de pesquisa para aperfeiçoar a recuperação de informações do acervo sob guarda da instituição.

Indicadores Estratégicos

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
8	Aprimorar mecanismos de gestão do conhecimento e da preservação e difusão da memória arquivística nacional	AN	Percentual de órgãos e entidades do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivo - SIGA com instrumentos de gestão de documentos aprovados	80% dos órgãos e entidades do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivo - SIGA com instrumentos de gestão de documentos aprovados até 2023 2020: 20% 2021: 40% 2022: 60% 2023: 80%	Monitorar a implantação de programas de gestão de documentos nos órgãos e entidades do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, subsidiando a revisão e a proposição de ações e diretrizes do Arquivo Nacional como órgão central do SIGA, tais como orientação técnica e capacitação.
		AN SENACON SEOPI SENAJUS SENASP DEPEN PF CADE	Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo	550.280 vagas preenchidas até 2023 AN: 3.200 SENACON: 80.000 SEOPI: 5.200 SENAJUS: 14.600 SENASP: 400.000 DEPEN: 2.000 PF: 42.320 CADE: 2.960	Mensurar o quantitativo de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo.
9	Promover a valorização e o desenvolvimento dos servidores	SE	Percentual de implementação do Plano Anual de Capacitação	Implementar, por ano, 90% das iniciativas de capacitação previstas no Plano Anual de Capacitação até 2023	Monitorar e avaliar a execução do plano de capacitação.
10	Aprimorar e integrar a gestão e a governança institucional	AECI	Monitorar o cumprimento da execução do Plano de Providências Permanente	100%	Acompanhar a implementação tempestiva das recomendações exaradas pela CGU registradas no Sistema Monitor.
		SE	Percentual médio de satisfação dos usuários em relação aos serviços gerais	80%, por ano, até 2023	Aferir a satisfação dos usuários em relação aos serviços gerais prestados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
10	Aprimorar e integrar a gestão e a governança institucional	SE	Tempo médio de conclusão dos processos licitatórios	137 dias úteis até 2023 2020: 161 dias úteis 2021: 152 dias úteis 2022: 144 dias úteis 2023: 137 dias úteis	Monitorar o tempo médio de conclusão dos processos licitatórios.
			Percentual médio de satisfação dos usuários em relação aos serviços de infraestrutura	70%, por ano, até 2023	Aferir a satisfação dos usuários em relação aos serviços de infraestrutura prestados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.
11	Fortalecer e ampliar a estrutura e os serviços de TIC	SE	Percentual de disponibilidade dos serviços estratégicos de Tecnologia da Informação e Comunicação	99% anual	Avaliar se os serviços de TIC considerados estratégicos estão em operação conforme acordado, quais sejam: 1] E-mail, 2] SEI, 3] mj.gov.br, 4] Rede Local e 5] Acesso à Internet.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Projeto Estratégico	Objetivo
1	Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira	GM	Serpico	Instituir mecanismo que permita ao Ministério da Justiça e Segurança Pública exercer a competência estabelecida no §1º do art. 8º do Decreto nº 9.489/2018; melhorar e padronizar os órgãos de controle interno e corregedorias nos órgãos policiais para identificação de desvios de corrupção; garantir a independência dos órgãos policiais de controle; e habilitar os órgãos para realizar sindicâncias patrimoniais e acessar informações de operações financeiras atípicas.
			Inteligência analítica aplicada no combate à corrupção, lavagem de dinheiro e em ações de segurança pública	Criar, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, um ambiente contido no segmento tecnológico Big Data Analytics, com a disponibilização de plataforma para análise, curadoria, descoberta, mineração e integração de grande volume de dados, que possa atender todo o Ministério e órgãos que o integram, bem como as forças de segurança estaduais e municipais.
		SEOPI	Programa de Apoio ao Combate ao Crime Organizado - PACCO	Apoiar órgãos de segurança pública no enfrentamento às organizações criminosas, a partir da melhoria nos processos de produção de conhecimento, de capacitação de profissionais na área de inteligência, de uma base de dados, da criação e disponibilização de um canal de informação seguro/criptografado (Rede Cronos), da extração e análise de dados de dispositivos móveis, bem como de ações integradas entre a Diretoria de Inteligência/SEOPI e outros órgãos.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Projeto Estratégico	Objetivo
1	Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira	SEOPI	Programa VIGIA	Fortalecer a prevenção, a vigilância, a fiscalização e o controle nas fronteiras, por meio da implantação de ações integradas de produção e difusão de conhecimento, assim como de operações, com foco na repressão aos ilícitos transfronteiriços e no enfrentamento às organizações e associações criminosas.
		SENAJUS	Reestruturação e reorganização da Rede Nacional de Laboratórios de Lavagem de Dinheiro – REDE-LAB	Fortalecer e ampliar o alcance da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro – REDE-LAB.
			Cooperação jurídica internacional simplificada	Elaborar ferramenta que simplifique a elaboração de pedidos de cooperação jurídica internacional em matéria penal, para que a cooperação seja intensificada e reduzido o tempo de investigações policiais e ações penais que necessitam dessa modalidade de cooperação.
			Fomento à criação e à estruturação de unidades de combate à corrupção nas polícias civis	Criar e estruturar nas 27 (vinte e sete) Polícias Civis do Brasil unidades exclusivas de combate à corrupção.
		PRF	Alerta Brasil 3.0	Implantação do Sistema Alerta Brasil 3.0 nas Secretarias de Segurança Pública, Municípios e outros órgãos em 12 Unidades da Federação, objetivando: (a) reduzir o índice de criminalidade, principalmente, aqueles referentes a roubo e furto de veículos, a roubo de cargas, a contrabando, a descaminho, a tráfico de entorpecentes e a tráfico de pessoas nas fronteiras; e (b) aumentar a assertividade da fiscalização, visando reduzir a violência no trânsito.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Projeto Estratégico	Objetivo
1	Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira	PRF	Programa Nacional de Redução de Mortes no Trânsito	Alcançar a meta estabelecida pela Resolução ONU nº 02, de 2009, que prevê a redução de 50% nos óbitos no trânsito em 10 anos (Década de Ação Pela Segurança no Trânsito - 2011 – 2020), o que representa uma redução em mais de 18%, no período de 2019 a 2020, do número dessas mortes por meio da elaboração de uma metodologia de monitoramento da malha rodoviária e do direcionamento das atividades de policiamento e fiscalização, de ações de integração e de cooperação interinstitucional, apresentando propostas de atividades operacionais e de medidas de gestão operacional nos trechos críticos em acidentes graves nas rodovias federais; e alcançar a meta de redução de mortes estabelecida pelo Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – PNATRANS, no período de 2018 a 2022, com a redução em 30%, no período de 2019 a 2022, da taxa de mortalidade, calculada por um milhão de veículo.
			Reorientação do policiamento baseado em inteligência	Criar uma metodologia que oriente o trabalho operacional da Polícia Rodoviária Federal e os objetivos gerais do policiamento para a utilização rotineira e efetiva do conhecimento de inteligência produzido a partir da implementação do Alerta Brasil e de outras ferramentas de informações (possibilidades de identificação automática de padrões crimininalidade - rotas, tipos de crimes, perfil de veículos e pessoas), para que os resultados operacionais, principalmente as apreensões, sejam exponencializados. As dimensões que o projeto abordará são: a análise e produção de conhecimento, o fluxo de trabalho, a resposta Operacional e a gestão do processo para melhoria contínua.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Projeto Estratégico	Objetivo
1	Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira	SENASP	Fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos	Identificar o perfil genético de todos os indivíduos previstos em lei; examinar todos os vestígios pendentes e inserir todos os perfis elegíveis nos bancos de dados; promover treinamentos nos órgãos policiais federais e estaduais para a preservação no local de crime, coleta e exame dos vestígios encontrados; e criar um sistema para melhor controle de indicadores do processo envolvido e da cadeia de custódia dos vestígios analisados.
			Sistema Nacional de Análise Balística - SINAB	Aumentar o indicativo de autoria nos exames de comparação balística, por meio da implantação de sistemas automatizados de análise balística.
			Em Frente Brasil	Promover um conjunto de ações multidisciplinares (segurança pública, educação, saúde, dentre outras), coordenadas e convergentes, por meio de eixos de atuação específicos e de um sistema de governança e de gestão integrados, visando a redução de crimes violentos (homicídios, feminicídios, latrocínios, estupros, roubos, dentre outros) em localidades de alta concentração no país.
		PF	Perfil Químico de Drogas - PeQui - fase II	Desenvolver e validar metodologias de análise de perfil químico de drogas de abuso apreendidas/recebidas pela Polícia Federal (com ênfase em cocaína e drogas sintéticas); implementar, na rotina do Serviço de Perícias de Laboratório de Balística - SEPLAB, as metodologias desenvolvidas e, eventual e gradativamente, também nas unidades descentralizadas; detectar modelos atuais de produção/preparação de cocaína e rendimentos de refino; iniciar estudos para determinação de origem (cocaína e drogas sintéticas); elaborar proposta técnica para implementação de banco de dados técnico-científico de perfil químico de drogas; e elaborar biblioteca de drogas sintéticas.

Projetos Estratégicos

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Projeto Estratégico	Objetivo
1	Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira	PF	Delegacia modelo de investigação e análise financeira	Implantar uma "Delegacia Modelo de Investigação e Análise Financeira" no âmbito da Delegacia de Repressão a Corrupção e Crimes Financeiros da Superintendência Regional da Polícia Federal no Paraná, que funcionará como um centro de treinamento permanente voltado para a capacitação de policiais federais e de outras forças policiais na execução de rotinas padronizadas na área de investigação e análise financeira, mediante a supervisão e o auxílio de policiais mais experientes.
			Banco Nacional Multibiométrico e Rede Integrada de Bancos Multibiométricos - ABIS Nacional	Implementar uma solução de abrangência nacional com o fim de estabelecer ações para viabilizar a unificação e a padronização das informações criminais dos órgãos de segurança pública dos Estados, Distrito Federal e Polícia Federal, possibilitando maior eficiência na identificação de autoria dos delitos, contribuindo para a redução do alto índice de criminalidade violenta.
2	Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão	SENAJUS	Sistema para Processamento de Solicitações de Reconhecimento da Condição de Refugiado - SISCONARE	Possibilitar que todas as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, no Brasil, sejam processadas por meio de sistema, permitindo maior celeridade no processamento dessas solicitações. Ademais, a utilização de uma mesma plataforma por todos os agentes governamentais envolvidos permitirá ganhos em termos de eficiência e de segurança da informação. O sistema também representará melhoria do serviço prestado ao público-alvo em dois aspectos principais: facilitará na comunicação com a Administração Pública, em consonância com o processo de desburocratização que vem ocorrendo no serviço público ao longo dos anos; e permitirá que o solicitante acompanhe remotamente a evolução do seu pedido, promovendo-se, assim, maior transparência ao processo.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Projeto Estratégico	Objetivo
2	Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão	SENAJUS	Reestruturação da Estratégia Nacional de Não Judicialização - ENAJUD para Estratégia Nacional de Políticas de Justiça - ENAJUS	Reestruturar a Estratégia Nacional de Não Judicialização - ENAJUD, a qual passará a se chamar "Estratégia Nacional de Políticas de Justiça" - ENAJUS, a fim de promover a articulação interinstitucional e multidisciplinar para estimular, difundir e propor efetivas soluções de conflito, de ampliação do acesso à justiça e de proteção aos direitos e garantias fundamentais.
			Modernização da Escola Nacional de Mediação e Conciliação para Escola Nacional de Prevenção e Solução de Conflitos - ENAPRES	Reestruturar a Escola Nacional de Prevenção e Solução de Conflitos - ENAPRES, devido à considerável ampliação de abordagens de prevenção e de soluções de conflitos que conferem maior efetividade ao amplo sistema de justiça brasileiro e moderniza o acesso à justiça, por meio: a) da ampliação das competências; b) da disseminação dos novos métodos de prevenção e solução de conflitos; e c)do adicionamento de públicos-alvo.
			Tratamento do passivo e modernização do processo de naturalização	Modernizar a análise do processo de naturalização, de modo a reduzir o passivo de processos em curso para a estimativa de estoque semanal e o tempo de primeira análise. Além disso, o projeto prevê a implantação do sistema NATURALIZAR-SE em todo o Brasil, promovendo facilidade e celeridade de tramitação, interoperabilidade entre os bancos de dados do Governo Federal, redução de custos, transparência ao usuário e melhoria na produção de estatísticas para a Administração Pública.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Projeto Estratégico	Objetivo
2	Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão	SENAJUS	Observatório de Políticas de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública	Pretende a construção de bases de informação acessíveis e atuais que permitam a avaliação sobre as condições de acesso à justiça no Brasil suficientes para a promoção de políticas púbicas e o desenvolvimento permanente e contínuo de um estado de não litigância e pacificação social, independente da ação do Poder Judiciário. A expectativa é que, na construção do ObJus, sejam aproveitadas as melhores experiências internacionais, inclusive a utilizada para desenvolver os ODS da ONU, a partir do que deve ser desenhado, que, espera-se ser acessado por cidadãos, acadêmicos, operadores de justiça e formuladores de políticas públicas.
3	Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública	SEOPI	Rede de Centros Integrados de Inteligência	Implantar estruturas integradas de inteligência de segurança pública, por meio da criação de uma Rede de Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública composta por um Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública Nacional - CIISP-N, em Brasília, e cinco Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública Regionais - CIISP-R, em Entes Federativos a definir. O projeto consiste no aporte de metodologia integrada de produção de conhecimento de inteligência por meio da mobilização de analistas dos Estados de cada região e da disponibilização de tecnologias necessárias ao desempenho das atividades de análise de inteligência.
			Sistema Inteligente de Consciência Situacional	Implantar sistema de inteligência voltado para a busca de dados, análise, produção de conhecimento e difusão em âmbito do subsistema de inteligência de segurança pública, produzindo alertas para a área de inteligência e operacional de acordo com o conteúdo e a finalidade.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Projeto Estratégico	Objetivo
3	Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública	SENASP	Pró-Segurança	Estabelecer padrões mínimos de qualidade e de desempenho de equipamentos de segurança pública, de modo a permitir a certificação desses produtos, contemplando ensaios de acordo com requisitos técnicos, para garantir a segurança, a qualidade e a confiabilidade dos produtos utilizados pelos profissionais da área. Esses padrões estarão estabelecidos em normas técnicas que subsidiarão as aquisições públicas, levando em consideração as peculiaridades de cada região geográfica e especialização operacional. Esse trabalho irá: fortalecer a coordenação, a cooperação e a colaboração dos órgãos e de instituições de segurança pública; reduz a burocracia nas aquisições públicas; e fomentar a pesquisa e o diagnóstico em segurança pública.
			Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública - Pró-Vida	Estruturar o Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública - Pró-Vida, no intuito de elaborar, implementar, apoiar, monitorar e avaliar projetos de qualidade de vida, valorização profissional, saúde e segurança dos profissionais de segurança pública e defesa social.
			SINESP big data e inteligência artificial	Implementar plataforma estruturada inovadora para integração e análise de dados e de informações de interesse para a segurança pública.
4	Aperfeiçoar a gestão do sistema prisional	DEPEN	Aprimoramento do monitoramento das visitas no Sistema Penitenciário Federal	Impedir a comunicação criminosa por meio do contato físico de presos com visitantes sem o devido monitoramento em parlatório.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Projeto Estratégico	Objetivo
4	Aperfeiçoar a gestão do sistema prisional	DEPEN	Maximização da geração de vagas em unidades prisionais	Diminuir a lotação de unidades prisionais; aumentar a execução e aperfeiçoar a aplicação e acompanhamento das obras de unidades penais, financiadas com o recursos federais, por meio de transferências voluntárias e obrigatórias; e criar vagas por meio de fomento à criação de unidades com metodologia da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado - APAC.
			Desenvolvimento de projetos padronizados para unidades penais, desenvolvimento e implementação do Building Information Modeling - BIM	Desenvolver projetos padronizados para adoção em nível nacional de 6 diferentes tipos de edificação penal; desenvolver e implementar tecnologia Building Information Modeling - BIM nas obras prisionais; estabelecer critérios de custo de geração de vagas; e desenvolver manuais e referências técnicas.
			Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – SISDEPEN	Implantar o Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - SISDEPEN, sistema de gestão prisional, possibilitando a formação do Cadastro Nacional dos Custodiados (banco de dados unificado), em todas as unidades prisionais do sistema brasileiro, bem como o acompanhamento de execução de penas, de prisão cautelar e de medida de segurança, visando o mapeamento da realidade prisional, o que possibilitará a elaboração de políticas públicas mais adequadas.
			Fomento ao trabalho remunerado no sistema prisional	Fortalecer os processos de inserção laboral, de obtenção de renda e de qualificação profissional para pessoas privadas de liberdade, por meio do incentivo ao trabalho remunerado, com o uso do Fundo Rotativo Estadual, de modo a reverter parte dos lucros para custeio do preso.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Projeto Estratégico	Objetivo
4	Aperfeiçoar a gestão do sistema prisional	DEPEN	Força de cooperação penitenciária	Atuar em estabelecimento penais que estão em situações precárias nas áreas de segurança e assistência, por meio das seguintes ações: i) Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária - FTIP, no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional, em apoio aos Governos de Estado, em caráter episódico e planejado para fortalecimento da segurança; ii) realização de ações de cidadania e de saúde, documentação pessoal básica, assistência religiosa, levantamento de demanda educacional e profissional e reorganização de fluxos de atendimentos das assistências; e iii) estabelecimento de assistência jurídica, por intermédio de força tarefa da Defensoria Pública, composta por Defensores Públicos estaduais e federais voluntários, visando promover o atendimento concentrado de pessoas presas em caráter definitivo ou provisório em Unidades Federativas específicas, adotando as medidas judiciais e administrativas cabíveis para a garantia de seus direitos.
			Videoconferência para audiências judiciais no sistema prisional	Fomentar a utilização de videoconferência para audiências judiciais no sistema prisional, permitindo a redução de custos, a otimização da mão de obra, a diminuição de riscos de escoltas, além da ampliação de assistência jurídica.
			Rede Nacional de Inteligência Penitenciária	Integrar todos os órgãos de inteligência penitenciária no âmbito federal e estadual, viabilizando uma estrutura ampla, configurada para a cooperação ágil e oportuno compartilhamento de informações entre o entes em todo território nacional, ampliando e melhor qualificando a atividade de Inteligência Penitenciária; estabelecer a Diretoria de Inteligência Penitenciária como Órgão Central de Inteligência Penitenciária, visando, ainda, tornar esta diretoria pilar da construção do Subsistema de Inteligência Penitenciária, incluindo-o como membro do Sistema Brasileiro de Inteligência - SISBIN; e designar verba específica do Fundo Penitenciário - FUNPEN à Inteligência Penitenciária, no intuito de padronizar protocolos e procedimentos da atividade, com ênfase na qualificação, capacitação continuada e apoio para equipamentos e tecnologias aptas ao melhor desempenho das atividades de inteligência penitenciária.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Projeto Estratégico	Objetivo
5	Promover a gestão e a alienação do produto de crimes	SENAD	Agência de Gestão de Ativos	Desenvolver e melhorar os processos de gestão de ativos apreendidos e confiscados no país, por meio do estabelecimento de normas de boa governança e transparência administrativa que permitam: i) obter o maior benefício de tais bens, seguindo os princípios constitucionais, como a função social da propriedade; ii) evitar atos de corrupção e desvio na utilização e disposição de tais bens; e iii) contribuir com o financiamento de ações de segurança pública.
6	Ampliar a escala e a efetividade das ações de defesa da concorrência e do consumidor	CADE	Ampliação e disseminação da ferramenta Cérebro no combate a crimes contra concorrência em licitações	Aumentar a efetividade do combate a ilícitos concorrenciais em licitações públicas.
			Programa Cade Digital	Aprimorar os mecanismos de gestão da informação e do conhecimento do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Projeto Estratégico	Objetivo
6	Ampliar a escala e a efetividade das ações de defesa da concorrência e do consumidor	SENACON	Dinamização da plataforma Consumidor.gov.br, com foco na desjudicialização	Reduzir os litígios judicializados por meio do uso da plataforma Consumidor.gov.br e aperfeiçoar métodos auto compositivos.
			Disponibilização do sistema Recall.gov.br	Promover o aprimoramento da gestão dos procedimentos de recall (campanhas de chamamento) no Brasil, que visam a correção de produtos inseguros inseridos no mercado de consumo, com implementação do Sistema Recall.gov.br. Busca-se reduzir a burocracia e tornar intuitivos o fornecimento e a obtenção de informações a respeito dos recalls de produtos oferecidos ao consumidor no âmbito dos diversos agentes (públicos e privados) que operam no Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.
			Fortalecimento do Fundo de Defesa de Direitos Difusos junto à sociedade	Integrar o Fundo de Defesa de Direitos Difusos aos diversos segmentos sociais interessados, direta ou indiretamente, em sua atuação, por meio de ações de sensibilização junto ao Ministério Público, em suas esferas Federal e Estadual, de capacitação dos interessados em apresentar projetos ao Fundo e de aproximação com a sociedade civil, para que esta participe ativamente da fiscalização dos projetos fomentados.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Projeto Estratégico	Objetivo
7	Gerir políticas referentes aos povos indígenas	FUNAI	Rede de proteção territorial e ambiental de terras indígenas com a utilização do Centro de Monitoramento Remoto - CMR/FUNAI	Estabelecer rede de órgãos e de instituições federais e estaduais com a utilização da infraestrutura do Centro de Monitoramento Remoto - CMR, com a finalidade de gerar respostas mais rápidas e adequadas às ameaças contra os territórios indígenas detectadas pelo sistema. O CMR foi desenvolvido para possibilitar o acompanhamento diário de ocorrências como desmatamento, degradação, mudança de uso e de ocupação do solo nas terras indígenas. As informações geradas a partir de imagens captadas pelo satélite Landsat-8 são subsídios indispensáveis para o planejamento de ações de proteção territorial e ambiental.
8	Aprimorar mecanismos de gestão do conhecimento e da preservação e difusão da memória arquivística nacional	AN	Desenvolvimento e aperfeiçoamento do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA da Administração Pública Federal	Fortalecer o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal - SIGA e sua atuação como sistema estruturador das atividades de gestão de documentos de arquivo da Administração Pública Federal.
			Fortalecimento do Arquivo Nacional digital - arquivo permanente digital	Fortalecer o papel do Arquivo Nacional como entidade custodiadora nacional, permitindo exercer o protagonismo no recolhimento da documentação digital, especialmente a documentação permanente da Administração Pública Federal; e aprimorar a preservação digital e o acesso aos documentos do Arquivo Nacional - AN digital.
		SE	Readequação do acervo arquivístico do Ministério da Justiça e Segurança Pública	Capacitar o Arquivo Central em recursos humanos e materiais para receber toda a documentação em meio físico do Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da aplicação eficiente das técnicas de gestão documental (transferência, organização, indexação, classificação, avaliação, seleção e destinação final).

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Projeto Estratégico	Objetivo
9	Promover a valorização e o desenvolvimento dos servidores	SE	Gestão por competências	Estruturar e implantar metodologia de gestão por competências no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, aprimorando o dimensionamento e o desenvolvimento do corpo funcional da Pasta e, consequentemente, minimizando a discrepância entre as competências técnicas, comportamentais e gerenciais necessárias para a consecução dos objetivos organizacionais.
10	Aprimorar e integrar a gestão e a governança institucional	AECI	Implantação do processo de gestão de riscos no Ministério da Justiça e Segurança Pública	Assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão, em todos os níveis do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP tenham acesso tempestivo a informações suficientes quanto aos riscos aos quais está exposta a organização; aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico do MJSP, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis; e agregar valor à organização por meio da melhoria dos processos de tomada de decisão e do tratamento adequado dos riscos e dos impactos negativos decorrentes de sua materialização.
			Implantação do Programa de Integridade no Ministério da Justiça e Segurança Pública	Estabelecer a estratégia a ser implementada pelas unidades e pelas entidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública para prevenir e detectar e remediar riscos para a integridade, em atenção ao Decreto nº 9.203/2017 e à Portaria CGU nº 1.089/2018.
		GM	Fortalecimento da Ouvidoria-Geral	Aperfeiçoar a gestão da Ouvidoria-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública, priorizando a atuação em rede, com a implementação de novos processos de trabalho, observando os normativos, as orientações de órgãos de controle e as boas práticas de gestão.
			Gestão por resultado	Aprimorar a prestação de serviços realizada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, para o público interno e externo.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Projeto Estratégico	Objetivo
10	Aprimorar e integrar a gestão e a governança institucional	SE	Revisão e padronização do processo de contratações públicas	Revisar e padronizar o processo "Gerir contratações públicas", que engloba as fases de planejamento, seleção do fornecedor e execução e fiscalização contratual, implantando metodologia revisada e sistema informatizado para o acompanhamento e o controle do processo no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
			Desburocratização	Aumentar a eficiência e a efetividade na execução das competências atribuídas ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, gerando maior valor para a sociedade e aos usuários dos serviços públicos prestados pelo órgão.
			Regularização patrimonial do Ministério da Justiça e Segurança Pública	Reavaliar os modelos de gestão patrimonial no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública e o extenso passivo patrimonial resultante de modelos deficientes aplicados em momentos passados, com vistas à inovação, novas práticas e conscientização dos usuários, ocasionando em uma mudança no quadro em que se encontra atualmente.
			Instituição do modelo de gestão de processos do Ministério da Justiça e Segurança Pública	Instituir um novo método de gestão de processos no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
11	Fortalecer e ampliar a estrutura e os serviços de TIC	PF	ePol - Sistema de Gestão da Atividade de Polícia Judiciária	Desenvolver e implantar um sistema de inquérito eletrônico de âmbito nacional que esteja apto a se integrar com os sistemas do Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos parceiros.